

Relato da apresentação de Rogério Souza Mascarenhas, Secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Rogério Mascarenhas agradeceu a oportunidade de falar sobre o processo de transformação digital para a melhoria da qualidade do serviço público. Ele explicou o papel da Secretaria de Governo Digital (SGD) e apresentou uma breve introdução sobre o que vem sendo feito nessa área. Ele também compartilhou sua experiência anterior como dirigente da Dataprev e citou alguns exemplos de políticas públicas que foram potencializadas pela tecnologia, como o Meu INSS e a Carteira de Trabalho Digital. Ele mostrou uma apresentação com dados e informações sobre o contexto, o posicionamento e as metas do Brasil em relação ao governo digital.

Continuou o seu relato sobre o seu trabalho no Ministério da Gestão e Inovação, que era uma subdivisão do antigo Ministério do Planejamento. Ele explicou que o seu ministério era responsável por coordenar a gestão de pessoas, a organização da máquina pública, o governo digital e a administração dos imóveis da União. Ele citou como exemplo a relação da SGD com o CISSP, que envolvia 251 órgãos federais, incluindo universidades e centros de ensino. Ele disse que o seu objetivo era melhorar a efetividade das políticas públicas, buscando qualidade e confiança dos brasileiros. Ele também mencionou que o Brasil era um país conectado, segundo uma pesquisa da ONU, e que 99% dessa interação era feita com celular.

Prosseguiu com uma descrição dos principais desafios e oportunidades que o governo digital enfrenta no Brasil. Ele destaca a importância de ampliar a conectividade, especialmente nas regiões mais carentes e remotas do país, e de promover a inclusão digital de todos os cidadãos. Ele também menciona alguns dos projetos e parcerias que o Ministério da Gestão está desenvolvendo com outros órgãos e entidades para melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos digitais. Ele cita alguns exemplos de sucesso, como o portal gov.br, que reúne mais de 4 mil serviços em um único canal, e o aplicativo Meugov.br, que permite o acesso personalizado e seguro aos serviços do governo federal. Ele afirmou que o governo digital é uma prioridade estratégica para o Brasil e que o país tem muito a contribuir e a aprender com as experiências internacionais nessa área.

Falou em seguida sobre a política de governo digital brasileira, que se baseia em seis pilares inspirados nas melhores práticas internacionais. Ele explicou que o primeiro pilar é o foco no cidadão, buscando facilitar a sua interação com o governo e evitar a repetição de informações. O segundo pilar é a integração dos serviços públicos, eliminando a necessidade de certidões e documentos entre os órgãos. O terceiro pilar é o uso de inteligência artificial para tornar o governo mais inteligente e otimizar os processos. O quarto pilar é a confiabilidade dos dados e sistemas, garantindo a segurança e a privacidade dos usuários. O quinto pilar é a transparência das ações e decisões do governo, permitindo o controle social e a participação cidadã. E o sexto pilar é a eficiência na prestação dos serviços, reduzindo custos e tempo de espera.

Ele também fez um breve histórico das ações realizadas desde 2005 até 2022 para implementar essa política. Ele destacou a lei de governo digital, que estabeleceu os princípios e diretrizes para a transformação digital do Estado. Ele também mencionou a estratégia de governo digital, que orientou os órgãos públicos sobre como se adaptar à nova realidade e estabeleceu algumas metas de digitalização. E ele citou a plataforma Gov.BR, que é o principal canal de acesso aos serviços públicos digitais, oferecendo um hub de serviços, um autenticador e um assinador digital.

Ele explicou que o Gov.BR é uma plataforma que integra os serviços públicos digitais de todos os níveis de governo, e que visa facilitar o acesso dos cidadãos às informações e aos benefícios que eles precisam. Ele destaca que o Gov.BR não é uma marca partidária, mas sim uma marca institucional, que representa a modernização e a simplificação da administração pública. Ele afirmou que o Gov.BR é um dos pilares da estratégia de governo digital, que tem como objetivo melhorar a qualidade e a efetividade das políticas públicas, reduzir custos e aumentar a transparência. Ele cita alguns números que demonstram o avanço da digitalização dos serviços públicos, e ressalta que a pandemia acelerou esse processo, ao tornar o canal digital o único disponível para muitos cidadãos. Ele disse que o Gov.BR é um projeto de longo prazo, que visa atender às demandas e às expectativas da sociedade brasileira em relação ao Estado.

Disse que, quando se ouve falar sobre a possibilidade de ter até 27 RGs, sem contar as carteiras emitidas pelas associações, fica evidente a existência de uma miríade de possibilidades de identificação no Brasil. Essa variedade, segundo Rogério Mascarenhas, acarretaria problemas como fraude e diversos outros problemas. O que está por trás da carteira de identidade, na visão de Rogério, é o estabelecimento de uma relação um-para-um entre o Estado e o cidadão, para que seja possível identificar e se relacionar de forma segura. O QR Code presente na identidade contém informações sobre saúde, trabalho, assistência e outros aspectos relacionados ao ciclo de vida do indivíduo. Rogério explicou que atualmente a identidade já está implantada em 12 estados da federação, com mais de 450.000 documentos emitidos nesse padrão. Além do documento físico, Rogério mencionou que também é possível utilizar o cartão, que pode substituir o passaporte em países que possuam acordos com o Brasil. Segundo ele, a tendência é que, nos próximos 5 a 10 anos, à medida que avancem na pauta de melhoria da inclusão digital e conectividade, o documento físico comece a desaparecer e a identidade se torne um token do cidadão.

Ele ressaltou que esse é um projeto estruturante de 10 anos, que inclui a substituição gradual dos RGs atuais. Rogério afirmou que o novo sistema vai além de um documento de identificação comum, pois traz um arcabouço estruturante para autenticação e assinatura, garantindo maior segurança e privacidade. Ele também abordou a preocupação com ataques cibernéticos, destacando que o Brasil se tornou um dos principais alvos de hackers. Desde janeiro, Rogério informou que foi estabelecido um centro integrado de segurança cibernética, responsável por monitorar atividades suspeitas e auxiliar na recuperação de credenciais capturadas. Além disso, são realizadas oficinas e orientações para os órgãos do governo sobre segurança e maturidade cibernética. Ele explicou que o objetivo é melhorar a resiliência e promover a adoção de padrões de segurança. Rogério ressaltou a importância da interação entre os órgãos para o cumprimento dessa agenda. Ele acredita que a colaboração com startups pode contribuir para o aprimoramento dos serviços governamentais. No entanto, ele mencionou que ainda há muito a ser feito nesse sentido.